

# Resolução nº 390



CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA - RJ  
Estado do Rio de Janeiro  
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

RESOLUÇÃO Nº 390

Autor: Vereador Elias Cazoni

Ementa: Concede Título de Cidadania Voltarredondense ao Senador José de Magalhães Pinto

PROJETO ORIGINÁRIO Projeto de Resolução nº 004/78

Data apresentação: 20 / 01 / 78 Data da Leitura: 07 / 03 / 78

Considerado objeto de Deliberação em: 07 / 03 / 78

REMETIDO ÀS COMISSÕES:	DATA	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO
Constituição, Justiça e Redação . . .	14.03.78	sim	****
Fin., Fiscal, Tom. de Cont. e Orç. . .	****	***	****
Obras e Serviços Públicos . . . . .	****	***	****
Saúde, Educ. e Assist. Social . . . . .	****	***	****
Agric., Pecuária, Ind. e Comércio . .	****	***	****

APROVAÇÃO EM PRIMEIRA VOTAÇÃO:

Data 16 / 03 / 78 Unanimidade não Votos Contra dois

APROVAÇÃO EM SEGUNDA VOTAÇÃO:

Data: 21 / 03 / 78 Unanimidade não Votos Contra dois

Com Emendas? não Quantas? \*\*\*

PROMULGAÇÃO EM: 22 / 03 / 78 Pelo: Presidente

PUBLICAÇÃO EM : / / Jornal:

TRANSCRITA NO LIVRO DE REGISTRO DE RESOLUÇÕES:

Nº: 01 Folhas: 95v ( noventa e cinco verso )

ESTE PROCESSO É COMPOSTO DE 33 ( trinta e três )

FOLHAS NUMERADAS DE 001 À 33

Volta Redonda, 27 de novembro de 1985



CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ORIGINAL

Projeto de RESOLUÇÃO N.º 004/78

EMENTA: - CONCEDE TÍTULO DE CIDADANIA VOLTARREDONDENSE AO SENADOR JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO

A Câmara Municipal aprova a seguinte Resolução.

ARTIGO 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Voltarredondense ao Exmo. Sr. JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO.

ARTIGO 2º - O pergaminho será entregue em Sessão Solene a ser marcada em ocasião oportuna.

ARTIGO 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala Getúlio Vargas, 20 de janeiro de 1978

*Américo Lombardi*

*ELIAS CAZONI*  
- Vereador -

PROT/027/78

EC/11

LIDO  
Em 7/3/1978  
*[Signature]*  
Secretário

CONSIDERADO OBJETO DE DELIBERAÇÃO NOS TERMOS REGIMENTAIS. NA REUNIÃO DE 03-03-78  
*[Signature]*  
Secretário

As Comissões de Constituição  
Justiça e Redação  
Para Relatar.  
V. Redonda, 7/3/1978  
*[Signature]*  
Presidente

Comissão de Constituição,  
Justiça e Redação.  
Pecchi para parecer:

03-03-78  
*[Signature]*  
Presidente

Aprovado em 1ª Votação  
V. R. 16-03-78  
*[Signature]*  
Secretário

15 Favoráveis e  
2 Contra

Aprovado em 2ª Votação  
V. R. 21-3-78  
*[Signature]*  
Secretário

16 FAVORÁVEIS  
2 CONTRÁRIOS

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
Divisão de Documentação e Biblioteca  
RESOLUÇÃO Nº 390 | FLS. 01 | *[Signature]*

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA

Divisão de Documentação e Biblioteca

RESOLUÇÃO Nº 390

FLS. 02

lv.

José de Magalhães Pinto pertence à melhor linha  
gem de homens públicos deste país, em que a fidelidade jurídi  
ca ao espírito liberal se harmoniza com uma permanente abertu  
ra para as soluções do desenvolvimento social e econômico. Es  
ta é, de resto, uma vocação secular da política mineira, cujos  
líderes mais típicos, de Felício dos Santos e João Pinheiro  
ou a Milton Campos, nunca se embaraçaram com supostos confli  
tos entre a conservação da ordem jurídica e os postulados da  
emancipação econômica e social do país.

Dentro desta linha do pensamento liberal-progres  
sista de Minas, de que Teófilo Ottoni, já nos dias do Impé  
rio, foi representante exemplar, Magalhães Pinto tem sido uma  
das presenças mais fascinantes da vida pública brasileira nos  
últimos trinta anos.

Oriundo de uma pequena cidade do interior e de  
um meio familiar modesto, abriu caminho no mundo empresarial,  
sem perder nunca as características marcantes que refletem a  
média sociedade de Minas e do Brasil.

Muito cedo vitorioso no campo das atividades e  
conômicas, por uma irresistível vocação para a coisa pública,  
consagrou-se, na vida política, com os mesmos sucessos assina  
lados em seu trabalho profissional.

Sua carreira é a projeção de uma permanente fi  
delidade. A si mesmo, e ao respeito com que se volta para o  
destino e a capacidade do ser humano.

Para Bernanos, esta é a primeira marca, o pri  
meiro ingrediente de grandeza que faz de um homem público um  
estadista: o interesse pelo ser humano. Não é outro o traço  
mais incisivo do perfil de Magalhães Pinto.

O M E N I N O P O B R E

José de Magalhães Pinto nasceu em Santo Antônio do Monte, em Minas Gerais, zona do Alto São Francisco, em 28 de junho de 1909, no seio de uma modesta família do Oeste mineiro. Seus pais: José Caetano de Magalhães Pinto e Maria Araujo de Magalhães Pinto. Passou a infância em sua cidade natal, e em Arcos, então distrito de Formiga, a antiga Vila Nova de Formiga, no Campo das Vertentes, área de pastoreio, de cereais e minérios, que hoje ostenta, entre os sinais urbanos de sua evolução, uma Universidade criada por Magalhães Pinto, quando exerceu o governo de Minas Gerais.

Fez os primeiros estudos em escola pública: sua mãe foi, por mais de trinta anos, professora rural. Não queria o pai, homem dotado de inata sabedoria, que os filhos seguissem a carreira de funcionários públicos. E como a sua terra natal, pequenino burgo situado perto de Divinópolis, não lhe oferecesse outras perspectivas, o jovem José de Magalhães Pinto transferiu-se para Belo Horizonte e, em seguida, para Juiz de Fora, cidade fundada na Zona da Mata pelo engenheiro alemão Heinrich Wilhelm Ferdinando Halfeld, em maio de 1850 e que, pelo seu surto industrial, favorecido pela expansão das lavouras cafeeiras, era denominada de "Manchester Mineira". Em Juiz de Fora fez simultaneamente o ginásio, no Instituto Comercial Mineiro, e o curso comercial, na Academia de Comércio de Juiz de Fora: sete aulas por dia.

A escalada manufatureira de Juiz de Fora, iniciada no século XIX, foi impulsionada pelo pioneirismo de Mariano Procópio, que a ligara a Petrópolis pela estrada União

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA		
Divisão de Documentação e Biblioteca		
RESOLUÇÃO Nº 390	FLS. 03	lvf.

Indústria, cujo traçado seguia aproximadamente o do primitivo Caminho Novo, aberto no século XVIII por Garcia Rodrigues Pais, filho do bandeirante Fernão Dias Pais. Também acionaram o seu progresso a colonização alemã ali concentrada e a instalação, por Bernardo Mascarenhas, de uma usina elétrica - a primeira hidrelétrica da América do Sul. Esse conjunto de fatores atraía para a cidade situada na boca da Zona da Mata não só fundadores de manufaturas, como estabelecimentos financeiros, a exemplo do Banco Territorial e Mercantil, que iria desaparecer após a proclamação da República, na voragem do encilhamento. Outros, porém, surgiram. Em 1926, quando ainda não completara 17 anos, José de Magalhães Pinto conquista, em concurso, o lugar de escriturário da matriz do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Logo se fez funcionário exemplar, e foi transferido para Juiz de Fora. A inteligência aguda, o senso administrativo, a capacidade de organização e a amplitude de visão asseguraram-lhe posição de tal prestígio entre seus companheiros de Banco, que o gerente da agência insiste em promovê-lo contador. Mas este seu intento esbarra diante de sua pouca idade. Pouco depois - e já estará com 19 anos - um dos inspetores da organização o indica para o cargo de procurador. Foram incisivos os termos da indicação: "Funcionário excepcional. Inteligentíssimo, conhece todos os serviços, apesar de novo no Banco. Se fosse de maior idade, poderia ser nomeado contador. Pode ser ótimo procurador. Merece o aumento proposto pelo gerente". Não tardou o atendimento da proposição do inspetor, o francês Lucien Perry. Aos 21 anos é convidado para assumir o cargo de Dire

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA

Divisão de Documentação e Biblioteca

RESOLUÇÃO Nº 390

FLS. 04

lit.

tor do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Recusa o convite, por não se sentir maduro para o desempenho dessas funções. A humildade e o senso de responsabilidade marcam o seu caminho de ascensão. Assim é que só vem aceitar a indicação para aquele posto em 1935, quando se sente em condições de exercê-lo. Na sua capacidade de auto-julgamento é rigoroso consigo mesmo. Como bom mineiro, sabe que antes da montanha há o vale e a planície. Está com 26 anos. Desempenha as novas funções em Belo Horizonte. Inicia o curso de Direito que concluirá no Rio. O ano de 1943 será decisivo em sua vida. Assinala, em termos nacionais, a clara afirmação de sua vocação de líder político.

#### A V O C A Ç Ã O P O L Í T I C A

Desde 1937 - nesse ano é eleito Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais - o Brasil vivia sob o signo da ditadura. Tendo assumido o poder em nome da Revolução Liberal, da qual Minas Gerais fora a grande artífice, Getúlio Vargas, aproveitando-se sobretudo de uma conjuntura internacional adversa aos regimes democráticos (ascensão e predominio do nazismo), e manipulando as contradições internas da sociedade brasileira, golpeia as instituições políticas, instaurando o Estado Novo. O regime autocrático que durante seis anos silenciara a consciência cívica do País, defronta-se com a grande contestação a 23 de outubro de 1943, data em que surge o primeiro documento exprimindo o inconformismo da vocação democrática nacional com a ordem política vigente. Reclama aquele manifesto o retorno do País ao Estado de Direito.

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
Divisão de Documentação e Biblioteca

RESOLUÇÃO Nº 390

FLS. 05

lvf

É O MANIFESTO DOS MINEIROS, que tem em José de Magalhães Pinto um de seus signatários. A represália da ditadura contra os que firmaram o documento desencadeia-se com rara violência punitiva. Magalhães Pinto é compelido a deixar a direção do Banco da Lavoura. Incentivado pelo seu irmão Waldomiro de Magalhães Pinto funda então o Banco Nacional de Minas Gerais, com um capital de 60 mil contos subscrito, em tempo recorde, pelos seus amigos. A ação vindicativa do governo ditatorial o impede, porém, de assumir a direção do NACIONAL. Em 1945, com a redemocratização do País, pela qual lutara como fundador da União Democrática Nacional (UDN), é eleito deputado federal à Assembléia Constituinte. A morte súbita do irmão abre passo também à sua eleição para a superintendência do NACIONAL. Em 1947, pede licença da cadeira na Câmara dos Deputados, para assumir o cargo de Secretário das Finanças do Estado de Minas Gerais, já sob o governo de Milton Campos.

Nessas novas funções aciona medidas do maior alcance para o desenvolvimento econômico de Minas, dentre as quais merecem destaque a criação da Bolsa de Valores, a reorganização da Caixa Econômica do Estado e a instituição do Crédito Rural Supervisionado. Leva para o serviço público o mesmo espírito pioneiro que se afirmara no âmbito da empresa privada, através de medidas revolucionárias e de alto alcance social e humano, como a implantação do crédito pessoal, que considerava o cliente importante em si mesmo e não pelo que possuísse; a abertura do crédito profissional; a participação dos funcionários nos lucros de sua empresa; a criação de agências metropolitanas, nacionalizando geograficamente o

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA		
Divisão de Documentação e Biblioteca		
RESOLUÇÃO Nº 390	FLS. 06	lw.

crédito e a interiorização do crédito como instrumento de dinamização das potencialidades produtivas do País. Todas essas medidas representaram, realmente, a introdução de práticas pioneiras no sistema de crédito brasileiro, promovendo a incorporação à política bancária de regiões e camadas sociais que, até então não tinham acesso a seus benefícios. Como empresário, a amplitude de visão inteiramente nova inaugurou as linhas dinâmicas de uma moderna engenharia bancária. Como Secretário de Estado, rompeu também com a tradição meramente burocrática, substituindo-a pela concepção do poder público como promotor do desenvolvimento econômico.

O G O V E R N A D O R

A sua profunda identificação com os problemas de seu Estado e as aspirações de seu povo o reconduzem à Câmara Federal em 1950, em 1954 e em 1958. No ano seguinte, é alçado à presidência nacional da UDN. Em fins de 1960, foi eleito Governador de Minas Gerais. Empossa-se no cargo a 31 de janeiro de 1961. O seu desempenho como Governador traz a marca da renovação. Minas que, com São Paulo, constituía na República velha um dos dois grandes polos da prosperidade nacional, vinha perdendo, lentamente, sua posição no quadro econômico do País.

A situação se agrava em 1956, quando o esquema desenvolvimentista instalado com o programa de metas, deflagra um acelerado processo de descapitalização da economia mineira. Se é certo que, no início da era republicana, Minas experimentara forte impulso industrializante, e que

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA		
Divisão de Documentação e Biblioteca		
RESOLUÇÃO Nº 390	FLS. 07	lv.

vivera um período de euforia entre 1930/1947 (corrida para o Zebu, Monlevade, Acesita, Vale do Rio Doce), na década de 50, com a grande industrialização localizada em São Paulo, as distorções estruturais da economia mineira acentuaram-se in quietamente.

Para a composição desse quadro contribuíam in clusive fatores de ordem física: a Leste, a Serra da Mantiqueira tornou mais lógico o intercâmbio econômico da Zona da Mata com a Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro; ao Sul e a Oeste, a Serra da Divisa e as matas do Corda concorreram para isolar as regiões Sul e o Triângulo Mineiro do centro de Minas; o Nordeste e o Noroeste mineiros não conseguiram articular-se com Belo Horizonte; no Sudoeste, a área do Rio Doce mantinha-se sob a influência direta do Rio de Janeiro. Situada no Centro-Sul do Estado, na zona metalúrgica, Belo Horizonte, apesar de capital; jamais chegou a exercer poder hegemônico sobre o Estado, cuja vida deveria comandar. Re giões como Norte e Noroeste, em virtude desse fato, sempre viveram voltadas para outros polos, enquanto que o Noroeste vinculava-se à Bahia.

A falta de um centro de gravidade, gerando a desarticulação da economia mineira, era agravada ainda pelos efeitos drenadores do sistema viário do Estado. A abertura de novas frentes pioneiras - agrícolas, no Paranã e Goiás; e agro-pastoris, em Goiás e Mato Grosso - , aliada à introdução de tecnologia moderna nas velhas áreas paulistas agro-pastoris, impôs perda de poder competitivo ao setor primário da economia de Minas.

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA		
Divisão de Documentação e Biblioteca		
COLEÇÃO Nº 390	FLS. 08	lw?

Compreendeu o governador Magalhães Pinto que as dificuldades com que se ia defrontar, sendo conjunturais, e ram também estruturais, e que outro caminho não teria a se guir além daquele que levasse à modernização do suporte produtivo de sua terra. Empenhou-se, então, em criar os fundamentos da real expansão econômica mineira. Na perspectiva desta filosofia renovadora e progressista, executou amplo programa energético que, com a criação e implantação da ERMIG, contemplou os objetivos da eletrificação rural. Instalou o Banco de Desenvolvimento do Estado. Fundou a METAMIG, para impulsionar a mobilização racional dos recursos mineralógicos de Minas. Promoveu ampla reforma administrativa, criando as Secretarias do Governo, de Desenvolvimento Econômico, de Trabalho e Cultura Popular, de Ação Social e Abastecimento e de Administração . Com a implantação do B D M G deflagra com vigor programas do desenvolvimento industrial.

Tendo assentado a filosofia de seu Governo na consideração primordial do Homem, acionou programas de mobilização e valorização de recursos humanos, através de políticas específicas nos setores da educação, saúde e trabalho, com o objetivo não só de transformar cada mineiro em agente dinâmico do desenvolvimento do Estado, como em beneficiário da expansão da riqueza coletiva. Buscou a democratização do ensino, tanto nos níveis primário e secundário, quanto no têcnico-profissional e vocacional, a partir do conceito de que investimento em educação é inversão social e economicamente reprodutiva. Instaurou a Política de Segurança do Homem, criando pioneiramente uma modalidade de ação estatal tanto mais eficiente quanto isenta dos vícios do paternalismo demagógico.

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA

Divisão de Documentação e Biblioteca

RESOLUÇÃO Nº 390

FLS. 09

lwP

Voltou-se para o problema do desemprego, por meio da agência especializada que implantara - a Secretaria de Trabalho, con carregada de ampliar a estrutura ocupacional do Estado e de dinamizá-la. Através da Caixa Econômica, contemplou o pro blema habitacional, orientando a sua ação no sentido de dar casa inclusive às camadas sociais mais empobrecidas. Com a instituição da COMAG, executou projetos específicos de abas- tecimento de água e de implantação de rede de esgotos nas ci- dades mineiras. Promoveu a integração à economia estadual das áreas mais deprimidas de Minas, como as dos Vales do Jequi- tinhonha, São Francisco, Rio Doce e Mucuri, e do enclave mi neiro do Polígono das Secas. Com a MARCHA PARA A PROSPERIDA- DE sensibilizou a consciência de seus concidadãos para as ta- refas do desenvolvimento, influenciando decisivamente na criação de uma nova mentalidade comunitária. A criança, o enfermo, o desempregado, o sem-teto foram os alvos centrais de sua Polí- tica de Bem-Estar Social, estendida a todos os quadrantes do Estado, das grandes cidades ao interior. A mesma ênfase con ferida aos problemas de industrialização de Minas foi dispen- sada à produção agro-pecuária, no propósito de evitar que o setor rural da economia se convertesse em simples apêndice do segmento industrial. Uma administração atuante, dinâmica, e criativa permitiu-lhe demarrar o árduo processo de moderni- zação das estruturas econômicas e sociais do Estado. Em vir tude desse deslanche, no quinquênio do seu Governo, Belo Ho- rizonte assumiu a condição de centro hegemônico que nunca an- tes conhecera, em virtude do que se abriu o caminho à plena articulação da economia mineira. Integrou na mesma realidade

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA

Divisão de Documentação e Biblioteca

RESOLUÇÃO Nº 390

FLS. 40

ew.

a Minas metalúrgica, a pastoril, a agrícola, a Minas dos vales e das montanhas, dos chapadões e dos campos gerais, as tantas, diversas Minas que antes viviam fracionadas. E forjou o slogan: MINAS TRABALHA EM SILÊNCIO.

O L Í D E R N A C I O N A L

Magalhães Pinto assumira o governo de Minas Gerais em janeiro de 1961, quando se desdobrava ante os olhos da Nação um horizonte de grandes esperanças, justificado pela posse de Jânio Quadros na Presidência da República. Mas, em agosto desse ano, o País é lançado em grave crise que, por pouco, não o levou à guerra civil. Ocorreu a renúncia do Presidente Quadros. Forças políticas e líderes militares opunham-se à ascensão do Vice-Presidente da República, Sr. João Goulart que, no momento, se encontrava na China Continental. Com a clara noção dos riscos a que estava exposto o País, tangenciando a luta fratricida em virtude da posição adotada pelo Rio Grande do Sul, que se levantara - o Governo Estadual e o IIIº Exército defendiam a sucessão constitucional do Presidente renunciante pelo Vice-Presidente - Magalhães Pinto, num esforço coordenado com outros Governadores, desloca-se para Cumbica, na capital bandeirante, com o propósito de demover o Presidente Jânio Quadros da renúncia. A tentativa, que visava a contornar a crise, foi frustrada: o Congresso já havia consumado a renúncia, tornando-se irreversível. Diante da impossibilidade de iniciativa, o Governador de Minas reuniu vários Governadores em torno de um pacto de segurança das instituições democráticas, após ter mantido, nas áreas civis

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
Divisão de Documentação e Biblioteca

RESOLUÇÃO Nº 390 | FLS. 11 | *ewp.*

e militares, entendimentos sobre o regresso do Sr. João Goulart do exterior, e sua investidura. Nesse interim, um Ato Adicional transforma a República presidencialista em República parlamentarista: o Vice-Presidente empossa-se como chefe de Estado, mas não como governante, segundo as normas do parlamentarismo.

Superada a crise da posse, por via da solução parlamentarista, no dia 2 de setembro é divulgado o Manifesto dos Governadores, do qual Magalhães Pinto foi o primeiro signatário, em que os Chefes dos Executivos Estaduais que o subscreveram firmam o compromisso de poupar o Brasil de uma convulsão. Em seguida, o Governador mineiro dirige-se ao Sr. João Goulart, em apelo que era também advertência, concitando-o a manter a unidade das Forças Armadas e a paz do povo.

Adversário, no âmbito estadual, do Sr. Tancredo Neves, o Governador de Minas não hesitou em apoiar a indicação do nome daquele político para, como Primeiro Ministro, compor o Gabinete Parlamentarista.

Inicia o trabalho de união política de Minas, continuando, ao mesmo tempo, a advertir, por todos os meios ao seu alcance, o Presidente da República quanto aos descaminhos que já começava a trilhar. A crise institucional não fora dominada. Agravava-se ao choque de múltiplas contradições, tanto de ordem política quanto de econômica. As tendências ideológicas radicalizavam-se. Intensificava-se o processo inflacionário, já disparado na faixa da inflação galopante. Caíra verticalmente o ritmo do crescimento econômico. Desordem nas coisas e nos espíritos. Ameaçavam desaparecer os valores vigentes na sociedade brasileira: as categorias sociais, fosse qual fosse a sua origem ou natureza, começavam a sentir que nada tinham a que se a

COLEÇÃO Nº 390

FLS. 13

LW.

ter, senão umas, às promessas demagógicas e, outras, à preservação de seus interesses.

Líderes carismáticos pediam reformas, mas eram incapazes de formulá-las em grau de inteligibilidade técnica e de objetividade política. Outros setores opunham-se, de plano, a qualquer tipo de reforma.

É nesta atmosfera de tensões que se realiza em junho de 1962, em Araxá, por iniciativa do Governo de Minas, a 1a. Conferência de Governadores. Em sua inauguração, o Governador Magalhães Pinto pronuncia um discurso que não é oração de um simples político, mas de um Homem de Estado. Diz o seguinte: " Os métodos até aqui adotados para eliminação dos contrastes e das injustiças, da pobreza e da desordem têm se mostrado inoperantes". E acrescenta: "Seria ilusório acreditar numa economia que produz para atender ao poder aquisitivo dos que mais possuem e ao lucro fácil dos que mais ganham. O desenvolvimento só é humano quando responde às necessidades reais do povo, e não à ambição desmedida de alguns. Em nosso caso, atende apenas uma minoria". E, depois de reconhecer que o "povo pede um novo caminho para o Brasil" sustenta a tese da necessidade de realização de reformas, preconizando ao mesmo tempo o resguardo da "liberdade dos cidadãos como fundamento do regime que cumpre manter e aprimorar".

Em novembro desse mesmo ano, manifesta-se a favor de uma consulta popular - plebiscito - sobre a manutenção ou não do regime parlamentarista como ficou decidido pela Conferência dos Governadores em Araxá. O Presidente da República acusava esse sistema de inadequado às tarefas do governo, responsabilizando-os pelo não atendimento das reformas e pela atonia administrativa. Os gabinetes se sucediam provocando a participação da vida produtiva do

País. Na mesma medida, expandia-se a agitação, apoiada na exarcebação ideológica das correntes de esquerda e de direita. As reformas eram pregadas, já agora, na base da lei ou da marra: as forças que assim agiam não percebiam o contrasentido de sua pregação - a tática das reformas foi elaborada pelo pensamento político ocidental justa e precisamente para evitar as mudanças sociais e violentas, pagas a preço de destruição e sangue. Realizado o plebiscito, a maioria da Nação pronunciou-se pelo retorno ao presidencialismo. O Presidente da República não assumiu, porém, o sentido real do pronunciamento popular, que era de retorno às nossas tradições republicanas. Preferiu ver nele manifestação de a poio à sua liderança pessoal.

Magalhães Pinto, em discurso pronunciado em Tiradentes, mais uma vez adverte o governo: "Não podemos abandonar - diz - os ideais de liberdade". E, incisivo: "O povo brasileiro não pede uma revolução sangrenta".

Em setembro de 1963, surge o motim dos sargentos. Avolumam-se as greves políticas. No esforço de esgotar os últimos recursos pacíficos para a solução da crise, o governador de Minas dispõe-se a percorrer os Estados, em busca de uma união nacional que possibilitasse a saída legal para o impasse. Em outubro, porém, o Sr. João Goulart envia ao Congresso Nacional mensagem solicitando a decretação do estado-de-sítio. Magalhães Pinto articula novo manifesto que subscreve ao lado de treze Governadores, exigindo respeito à Constituição, aos mandatos políticos e às instituições democráticas. A esta altura, Minas já está no index do Governo Federal, que lhe nega empréstimos legitimamente pleiteados. O Sr. João Goulart rompe as normas federativas,

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA

Divisão de Documentação e Biblioteca

RESOLUÇÃO Nº 390

FLS. 14

liv.

de rota batida para o centralismo político, Não o admite o Governador de Minas, que levanta sua voz em defesa da Federação.

Tendo se convencido da inutilidade dos meios persuasivos e legais para superar a crise, o Governador mineiro já havia substituído a atitude de advertências e de resistência passiva, pela de articulação da defesa ostensiva das instituições. Adotara, no âmbito de seu Estado, todas as medidas requeridas pela grave conjuntura. Até que em março de 1964 - no dia 13 - realiza-se o Comício da Central do Brasil, em que se prega a derrocada das instituições políticas nacionais. Seguiu-se a mensagem do sr. João Goulart ao Congresso Nacional, solicitando a concessão de medidas de natureza anti-constitucional, - na realidade a mensagem criava insanável conflito entre os poderes Executivo e Legislativo. Magalhães Pinto compreendeu a ameaça para toda a Nação.

Durante três anos dedicara-se à tarefa de advertir o Governo Federal. Empregara todos os recursos do bom senso e da razão, para a defesa das instituições. Conciliador; amigo dos métodos persuasórios, afeiçoado por temperamento e educação à paz e à concórdia, José de Magalhães Pinto sabe, porém, nas horas decisivas, assumir atitudes desassombradas. Sem renunciar à serenidade, é de decisiva energia na defesa de suas convicções. Fiel a esta linha de conduta, na noite de 20 de março, do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, através de uma cadeia de rádio e emissoras de Televisão, dirige-se ao País, para anunciar ao Brasil que MINAS ESTÁ UNIDA CONTRA O GOLPE. Declara: "Esperamos u

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA		
Divisão de Documentação e Biblioteca		
RESOLUÇÃO Nº 390	FLS. 45	lw

ma atitude franca e clara do Presidente da República. Sem desconhecermos a existência de transformações revolucionárias em curso, resultantes da tomada de consciência do nosso povo e exarcebadas pelo processo inflacionário, afirmamos que a revolução comandada de cima não é outra coisa se não o golpe de Estado. Estamos dispostos a lutar contra o golpe".

Antes de chegar a esta suprema decisão, o Governador de Minas durante o segundo trimestre de 1963, realizou uma série de lúcidos pronunciamentos que se inscrevem como dos mais importantes de nossa recente história política.

Defende a realização da Reforma Agrária, na abertura da IIa. Exposição de Animais e Produtos Derivados de Minas Gerais; na instalação do IVº Congresso Sindical do Estado de Minas Gerais preconiza a execução imediata de uma política nacional de bem-estar social; ao se instaurar a VIa. Conferência Brasileira de Comércio Exterior, defende a adoção de uma política que coloque nossas reservas mineralógicas prioritariamente a serviço do nosso desenvolvimento auto-impulsionado; falando aos jovens reunidos num encontro em Barbacena, visualiza, com sensibilidade sociológica, o inconformismo dos moços, que considera cerceados em seu desejo de contribuir para o progresso do Brasil, e imobilizados em suas aspirações pela "incompreensão de uma estrutura paternalista e impermeável às idéias novas"; ao receber a medalha do Pacificador que lhe foi conferida pelo Exército, afirma: "As reformas que pleiteamos resultam fundamentalmente de nossa convicção de que é imprescindível melhorar as condições de vida do povo, levando à família brasileira um pouco de felicidade e paz.

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA		
Divisão de Documentação e Biblioteca		
RESOLUÇÃO Nº 390	FLS. 46	lwf

Resultam do que há de especificamente brasileiro em nossa maneira de ser, individual e coletivamente". E acrescenta: " É uma só a bandeira da democracia brasileira e das reformas brasileiras. Ao povo compete empunhá-la, como o tem feito nos grandes movimentos de libertação. Esta, a bandeira que deve conduzir a nossa luta pela paz. Luta pela redução dos privilégios e pelo aumento da igualdade. Luta pela verdadeira legalidade que, não raro, depende da reforma das leis existentes ou da formulação de novas leis. Luta pela ampliação do bem-comum e não pelo acréscimo dos bens de poucos, à custa da carência de muitos".

Os pronunciamentos de 1963 não são de um político regional, mas de um líder nacional. Magalhães Pinto inicia o ano de 1964 com um pronunciamento em que afirma: "Minas jamais teve medo do conflito de opiniões - Seu amor à liberdade e à tolerância é que lhe deve assegurar posição de liderança e de responsabilidade, no esforço de libertação pacífica de nosso povo, dos grilhões da miséria e do subdesenvolvimento". E se dirigindo aos brasileiros na sua mensagem à Assembléia Legislativa de Minas, por motivo do terceiro aniversário de seu governo, não hesita em proclamar que a tarefa de conduzir o Brasil à sua verdadeira emancipação econômica repousa, entre outros fundamentos, na nossa vocação cristã e "no diálogo democrático, a ser preservado da intransigência, do temor e da intolerância".

A obra administrativa que realizara em Minas Gerais, a despeito de toda instabilidade política em que vinha vivendo o País, e que criou as bases para a modernização das estruturas econômicas e sociais do grande Estado montanhês, marcado geograficamente para desempenhar o papel de

AMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
Divisão de Documentação e Biblioteca

RESOLUÇÃO Nº 390 | FLS. 17 | *lwP*

agente primordial da interiorização do desenvolvimento brasileiro e de fator imprescindível do equilíbrio político nacional, - aquela obra encontrou seu coroamento lógico na decisão adotada por Magalhães Pinto em março de 64, de salvar as instituições democráticas do golpe em marcha para o neo-estadonovismo. Não agiu para conter a necessidade de reformar a sociedade brasileira, mas para assegurar a via pacífica e democrática dessas mesmas reformas. Somente um homem que aliasse à modéstia de suas origens a alta visão política poderia investir-se na legitimidade de um desempenho em que o espírito liberal e o espírito progressista se fundem para criar as condições mais humanas de desenvolvimento e de justiça social.

#### O C H A N C E L E R

Em março de 1964, as tensões políticas tendo alcançado o seu grau máximo de paroxismo, desencadearam o movimento político-militar em Minas Gerais. Assumiu a chefia civil do movimento de março o Governador Magalhães Pinto. Vitoriosa a Revolução, ele permanece no governo de seu Estado até o fim de seu mandato. Em 1966, é eleito deputado federal com a maior votação recebida por um candidato a esse cargo na história eleitoral de seu Estado. Em 1967, o Presidente Costa e Silva o nomeia Ministro do Exterior. Permanece na Chancelaria até 1969. Na direção da Casa de Rio Branco imprime novo sentido aos negócios da pasta, lançando o programa de ação internacional denominado DIPLOMACIA PARA A PROSPERIDADE:

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
Divisão de Documentação e Biblioteca

RESOLUÇÃO n.º 390 | FLS. 18 | *ewp.*

Chegando ao Itamarati, Magalhães Pinto participou de acontecimentos que, pela sua magnitude, nem sempre ocorrem nos períodos normais de gestão de um Ministro das Relações Exteriores. A Conferência dos Presidentes Americanos, precedida de uma Reunião de Consulta dos Chanceleres, e uma grave crise no Oriente Médio, seguida de uma Assembleia Geral de Emergência das Nações Unidas proporcionam ao Chanceler Magalhães Pinto oportunidade de se identificar com o processo evolutivo dos problemas internacionais e a dialética dos entendimentos multilaterais. Compreendendo que a política exterior de qualquer País está intimamente associada a seus interesses internos, não hesita em transformar o Itamarati em grande agência de atração de recursos para o desenvolvimento nacional - recursos inclusive de natureza científica. Imprime timbre econômico às atividades da Chancelaria, sem contudo descuidar do revestimento político inerente aos assuntos internacionais. Dentro desta ótica, institui "forças-tarefas" de alto nível, nos setores político, econômico, comercial, cultural e administrativo do Ministério, a fim de que a ação do Itamarati como instrumento da prosperidade nacional e ampliação da projeção externa do Brasil se faça de forma racional, objetiva e planejada. Para Magalhães Pinto impunha-se a execução de uma ação diplomática que refletisse, no plano internacional, as aspirações do povo brasileiro, de acelerar o processo do desenvolvimento nacional. Cuidou da ampliação efetiva dos nossos mercados externos, da intensificação da cooperação tecnológica, científica e econômica. A orientação política teve como norma

AMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA		
Divisão de Documentação e Biblioteca		
PROLIDADA Nº 390	FLS. 19	lw.

irrevogável a defesa dos interesses nacionais, em nome da qual jamais poderíamos agir premidos pelo medo que conduz a omissões e renúncias.

Em Nova Delhi, Índia, no Plenário da IIa. Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), em discurso pronunciado a 5 de fevereiro de 1968, condena com veemência os termos do comércio internacional, desfavoráveis, senão impeditivos, do desenvolvimento das Nações e Povos que que rem ser protagonistas de sua própria História. Depois de a firmar que para o estabelecimento de uma verdadeira paz in ternacional não bastam os entendimentos entre as nações ri cas e poderosas, o Chanceler Magalhães Pinto sustenta: "O resto do mundo está em ebulição, reflexo do inconformismo generalizado ante condições de vida sub-humanas. Em muitos pontos, a violência eclode, denunciando de forma trágica a tensão insuportável a que estão submetidos dois terços da Humanidade. A paz mundial não se reduz à coexistência entre os grandes, é sinônimo de progresso equilibrado, de bem-estar para todas as Nações". E após referir-se às frustra - ções em que se transformaram as esperanças e expectativas de instauração da justiça econômica internacional, formuladas em outros congressos, salientou: "Não é para este gênero de resultados que comparecemos a esta Conferência. Esperamos fórmulas práticas e não gestos simbólicos ou vagas manifes tações de intenções. A hora não é mais de votar recomenda ções sem valor operativo e sim tomar decisões que se tradu- zam em compromissos e obrigações efetivas. Só assim será possível extirpar do comércio internacional as raízes da in justiça e da discriminação". A parte final desse discurso é de histórica significação: "Nossa época é dinâmica e ve loz. Os povos se conscientizam rapidamente para o progresso,

o conforto, a segurança. Os meios de comunicação cada vez mais aperfeiçoados anunciam aos quatro cantos do mundo a crescente prosperidade de alguns, exarcebando a amargura e o inconformismo dos que pouco ou nada têm. Cabe-nos preparar o mundo como um todo solidário e não como um conjunto de parcelas estanques, hostis entre si. Toca-nos a tarefa magna de contribuir para que este pequeno planeta possa entrar no século XXI sob o signo da prosperidade e não da miséria; da harmonia entre os homens e não da inveja ou do ressentimento. Sob o signo da Paz e não da guerra".

O discurso de Nova Delhi representa um dos pontos altos da presença do Brasil na atualidade internacional, pois nele se afirmam os sentimentos de justiça e fraternidade inatos no Homem Brasileiro.

O Itamarati, na gestão Magalhães Pinto, atuou com energia no sentido de colher para o nosso País os benefícios da Revolução Científica e Tecnológica que está mudando a fisionomia do mundo moderno.

O Chanceler compreendeu que a Ciência, no mundo atual, assumiu, de forma relevante, o papel de agente da produção, quer dizer, de força de transformação universal de todos os fatores produtivos. Não pode, assim, ser negado aos países em vias de desenvolvimento o efetivo acesso à partilha científica e tecnológica.

Por isso lhe foi possível dizer que, sob sua gestão, o Itamarati não se limitou a atuar vigorosamente no plano internacional, mas também no plano interno, "em função dos novos problemas suscitados pela Revolução Científica e Tecnológica". E em outro pronunciamento afirmou que o "progresso científico dos últimos cinquenta anos merece

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
Divisão de Documentação e Biblioteca

RESOLUÇÃO Nº 390

FLS. 21

lwP.

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA		
Divisão de Documentação e Biblioteca		
PROPOSTA Nº 390	FLS: 22	ew

o nome de revolução, pois não se limita a aumentar, quantitativamente, a capacidade de atuação do homem. Oferece-lhe, de fato, novos instrumentos de ação e um horizonte de perspectivas praticamente ilimitadas". E acrescentou: "Em todos os campos da atividade humana, podemos sentir o tremendo impacto dessa revolução que, alterando de forma radical nossa maneira de viver, naturalmente nos induz a uma reavaliação de nossa própria concepção da vida e do lugar do homem no universo".

A energia nuclear, a localização e avaliação de recursos de águas subterrâneas, a prospecção e beneficiamento de minérios radiativos, assistência tecnológica e científica, o repatriamento de cientistas brasileiros trabalhando no exterior, além de outras ações empreendidas com o objetivo de transformar o Brasil em partícipe da Revolução Científico-Tecnológica foram objeto de sua constante preocupação.

Foi ainda no seu período como Ministro do Exterior que se instalou no Itamarati a Comissão Mista Brasileira-Paraguaia encarregada de dar cumprimento aos chamados entendimentos da Foz do Iguaçu, visando especialmente ao aproveitamento conjunto do potencial energético do Salto Grande das Sete Quedas ou Salto do Guaira. Hoje, quando se exalta a construção de Itaipu, não se podem esquecer esses atos que o País deve ao Chanceler Magalhães Pinto.

A V O T A Ç Ã O I N É D I T A

Tendo deixado a direção da Casa de Rio Branco, em 1969, no ano seguinte - 1970 - Magalhães Pinto é

eleito Senador por Minas Gerais, por um milhão e oitocentos mil votos - a consagração popular no mais alto nível já registrada pela história parlamentar de Minas.

Essa votação como que exprimiu o reconhecimento da nacionalidade ao líder que, em hora difícil e incerta, soubera assumir atitude de salvaguarda de nossas instituições políticas e dos valores que regem a vida e o espírito do povo brasileiro. Pela sua vocação histórica de centro do pensamento político nacional, que se firmou no século do ouro, quando as Gerais garantiram a nossa unidade como núcleo aglutinador de uma civilização dispersa, Minas estava destinada a dar aquele testemunho do consenso nacional ao mineiro e ao brasileiro que, em momento sombrio, encarnou o nosso sentimento de ordem para o progresso, sem o qual não poderemos edificar uma sociedade humanística aberta.

Ainda agora, como legislador, o Senador Magalhães Pinto apresentou em novembro de 1973, à Câmara Alta projeto que reformula a política de defesa e proteção dos bens culturais brasileiros, hoje sob risco de perecimento. Esse projeto que, à sua simples apresentação, obteve repercussão nacional, cria novos instrumentos para aquela defesa e proteção. Arma o IPHAN de poderes para erradicar o roubo de peças históricas, fazendo estancar um dos processos de desintegração do nosso patrimônio espiritual. Institui o conceito de ÁREAS DE PRESERVAÇÃO, a fim de assegurar a defesa não só dos monumentos isolados, como um dos conjuntos históricos e artísticos na sua totalidade paisagística e ecológica. Institui o cadastro de bens culturais, como meio de eliminação de seu comércio clandestino. Determina o estabeleci

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA		
Divisão de Documentação e Biblioteca		
RESOLUÇÃO n.º 390	FLS. 23	luP.

mento de convênios para a publicação de obras nacionais ou estrangeiras de efetivo interesse para a avaliação e compreensão dos bens culturais. Manda incluir em concertos de orquestras oficiais ou subvencionadas a execução de partituras do nosso barroco musical, bem como a sua gravação em discos. Para o resguardo das obras raras impõe a realização de réplicas ou cópias. Determina a realização de campanhas educativas e sistemáticas, através de empresas concessionárias de rádio e de televisão, visando à criação de uma consciência nacional quanto ao valor do nosso acervo cultural. É com o mesmo propósito, determina que nos colégios sejam ministrados à juventude conhecimentos desse acervo.

Esse projeto, bem como o discurso que o encaminhou ao Senado, documenta o interesse de Magalhães Pinto pela cultura brasileira.

#### A T E R R A D A I N F Â N C I A

Há homens que são como certas plantas que, quando levadas para outro habitat, precisam ter junto às suas raízes um pouco de terra da origem. José de Magalhães Pinto tem essa fidelidade ao lugar em que nasceu. Nos momentos decisivos de sua vida, volta-se para a fonte da inocência, que é a paisagem da infância, para ouvir a voz ancestral e com ela aconselhar-se. Foi ainda assim nos últimos dias de março, às vésperas da decisão de 1964: Magalhães Pinto visitou Santo Antônio do Monte, na busca da certeza definitiva para o seu gesto, pautado nas grandes

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA		
Divisão de Documentação e Biblioteca		
RESOLUÇÃO Nº 390	FLS. 24	lw

tradições democráticas de Minas. Dez anos transcorridos sobre aquele episódio, Santo Antônio do Monte, por inspiração do Executivo e votação unânime de sua Câmara Municipal, criou, no dia 31 de março de 1974, o MUSEU MAGALHÃES PINTO.

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA		
Divisão de Documentação e Biblioteca		
RESOLUÇÃO Nº 390	FLS. 25	lv.



*Câmara Municipal de Volta Redonda*

Estado do Rio de Janeiro

# PARECER 12

**COMISSÃO** DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Jonas de Carvalho

PRESIDENTE

Aristides M. da Silva

RELATOR

Ettore D. da Cunha

MEMBRO

**ASSUNTO** : *Projeto de Resolução nº 004/78 de autoria do nobre Vereador Elias Cazoni. Ementa: Concede Título de Cidadania Voltarredondense ao Senador José de Magalhães Pinto.*

RELATÓRIO

*Recebemos, para exames e parecer, a proposição acima alinhavada.*

VOTO DO RELATOR

*A matéria atende as formalidades em vigor. Nada detectei que obste a sua tramitação.*

*Voto pela aprovação.*

CONCLUSÕES

*Fundamentada no voto do douto Relator esta Comissão conclui pela aprovação da proposição em tela.*

*Sala das Comissões, 14 de março de 1978*

  
- JONAS DE CARVALHO -

Presidente/Relator

  
- ARISTIDES MARTINS DA SILVA -

Membro

- ETTORE DALBONI DA CUNHA -

Membro

*Câmara Municipal de Volta Redonda*

*Estado do Rio de Janeiro*

*Gabinete do Presidente*

RESOLUÇÃO Nº 390

EMENTA: Concede Título de Cidadania Voltarredondense ao Senador José de Magalhães Pinto.

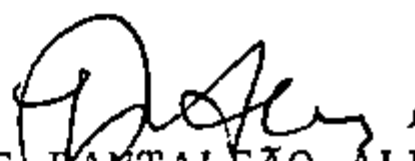
A Câmara Municipal aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Voltarredondense ao Exmo. Sr. JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO.

Artigo 2º - O pergaminho será entregue em Sessão Solene a ser marcada em ocasião oportuna.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Volta Redonda, 22 de março de 1978

  
JORGE FANTALEÃO ALVES  
Presidente

  
ARISTIDES MARTINS DA SILVA  
1º Secretário

Referência: Projeto de Resolução nº 004/78

Autor: Vereador Elias Cazoni

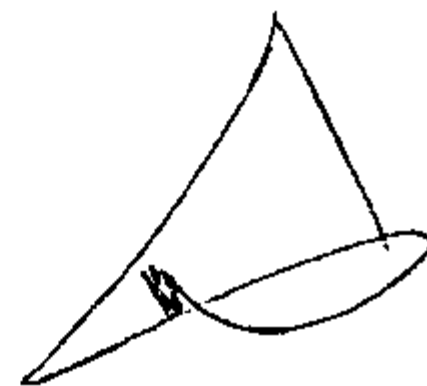
CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
Divisão de Documentação e Biblioteca

RESOLUÇÃO Nº 390

FLS. 27

lvf.

LL.





*Câmara Municipal de Volta Redonda*

*Estado do Rio de Janeiro*

*Gabinete do Presidente*

**RESOLUÇÃO Nº 390**

**EMENTA: Concede Título de Cidadania Voltarredondense ao Senador José de Magalhães Pinto.**

A Câmara Municipal aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Voltarredondense ao Exmo. Sr. JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO.

Artigo 2º - O pergaminho será entregue em Sessão Solene a ser marcada em ocasião oportuna.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Volta Redonda, 22 de março de 1978

  
JORGE PANTALEÃO ALVES  
Presidente

  
ARISTIDES MARTINS DA SILVA  
1º Secretário

Referência: Projeto de Resolução nº 004/78

Autor: Vereador Elias Cazoni



*Câmara Municipal de Volta Redonda*

*Estado do Rio de Janeiro*

*Gabinete do Presidente*

**Em, 28 de março de 1978**

**Ofício D-188/78**

**Assunto: "Encaminha cópia da Resolução  
nº 390"**

**Exmº Senhor Senador,**


**Com prazer, estamos encaminhando a Vossa Excelência, cópia da Resolução nº 390, concedendo-lhe Título de Cidadão Voltarredondense, face a aprovação do Projeto de Resolução nº 004/78 de autoria do nobre Vereador Elias Cazoni.**

**Com protestos de elevada estima e merecida consideração, subscrevemo-nos**

**Atenciosamente**

  
**- JORGE PANTALEÃO ALVES -**  
**Presidente**

**Exmº Sr.  
Senador José de Magalhães Pinto  
SENADO FEDERAL  
Brasília - DF**

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA		
Divisão de Documentação e Biblioteca		
RESOLUÇÃO Nº 390	FLS. 28	

**vso.**





*Câmara Municipal de Volta Redonda*

*Estado do Rio de Janeiro*

*Gabinete do Presidente*

390

Em 24 de abril de 1979

Ofício nº D- 476/79

Assunto: CONVITE

Excelentíssimo Senhor,

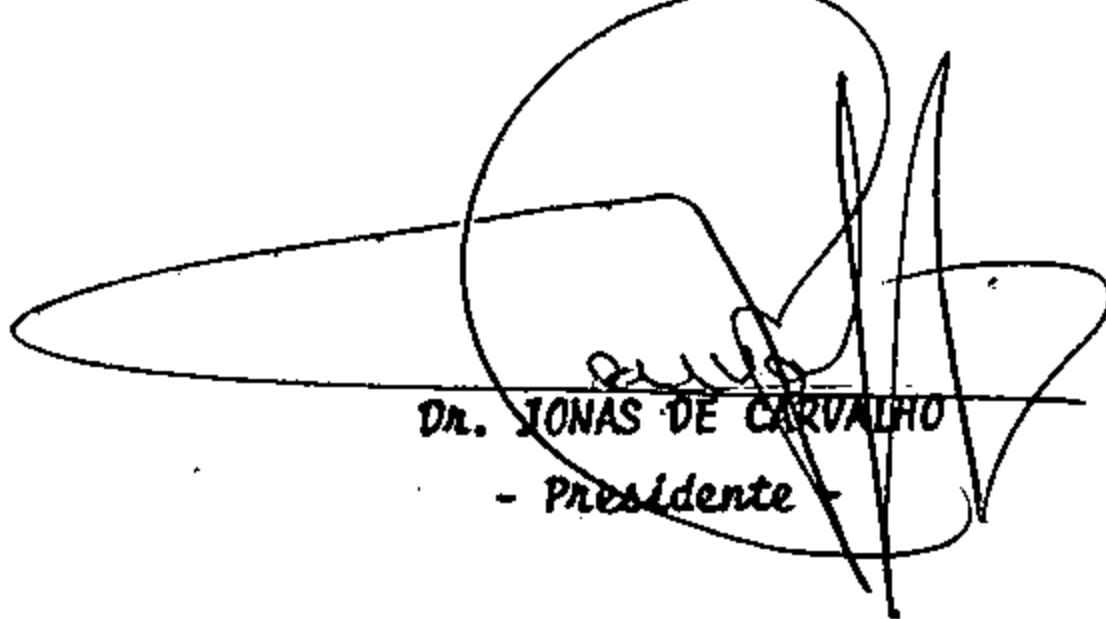
No dia 01 de maio, faremos realizar Sessão Solene comemorativa, quando teremos a satisfação e a honra de conferir o Título de "Cidadania Voltarredondense" a ilustres patrícios, entre os quais incluímos com orgulho o nome de Vossa Excelência.

Teremos a grata satisfação de recebê-lo na data acima aludida, às 17:00 horas, no Salão Nobre da Câmara, quando será entregue o Diploma referente ao Título.

Solicitamos a Vossa Excelência o especial obsêquio de confirmar o comparecimento, para que possamos providenciar as medidas necessárias. Fone: (0223) 42-2166.

Na oportunidade, expressamos nossos protestos de elevada estima e crescente admiração.

Cordialmente



Dr. JONAS DE CARVALHO  
- Presidente -

Exm<sup>o</sup>. Sr.

José de Magalhães Pinto  
Câmara dos Deputados  
BRASÍLIA - DF

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA		
Divisão de Documentação e Biblioteca		
RESOLUÇÃO N.º 390	FLS. 29	AS

R-390

ELEGRAMA ECONOMIA  
E DINHEIRO  
TEMPO E DINHEIRO

VN  
21571 Z RJVR  
23861 K DFBR  
031244  
ZCZC CNO595 01334 20  
RJVR CO DFBR 056  
BRASILIA/DF 56/53 03 0950

*1245*

*128*



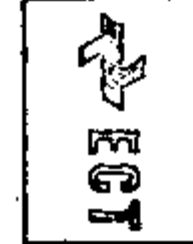
TELEGRAMA  
DR. JONAS DE CARVALHO MD. PRES. DA  
CAMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
VOLTAREDONDA/RJ(271800)

SOMENTE HOJE 02/05/79 CHEGOU MINHAS MAOS HONROSO CONVITE  
SESSAO SOLENE ENTREGA TITULOS CIDADANIA VOLTAREDONDENSE VG  
ENTRE OS QUAIS TIVE A HONRA SER INCLUIDO PT LAMENTANDO  
PROFUNDAMENTE APO TER PODIDO COMPARECER DATA PREVISTA CDS  
JOSEH DE MAGALHAES PINTO

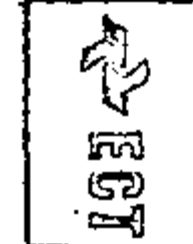
HNH  
21571 Z RJVR  
23861 K DFBR

ELEGRAMA ECONOMIA  
E DINHEIRO  
TEMPO E DINHEIRO

REGT



FONEGRAMA DITE PELO  
TELEFONE O SEU TELEGRAMA



FONEGRAMA DITE  
TELEFONE O SEU TE

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA

Divisão de Documentação e Biblioteca

RECOLUÇÃO Nº 390

FLS. 30

*J*



*Câmara Municipal de Volta Redonda*

*Estado do Rio de Janeiro  
Gabinete do Presidente*

Em 21 de agosto de 1980

Ofício nº 923/80

Assunto: convite

Excelentíssimo Senhor,

No dia 04 de setembro, próximo, dentro da programação alusiva à Semana da Pátria, o Poder Legislativo de Volta Redonda estará reunido, em Sessão Solene, quando terá a elevada honra de conferir a cidadania voltarredondense a ilustres figuras, entre as quais depponta o nome de Vossa Excelência.

A passagem do Ilustre homenageado na vida pública brasileira, o torna credor do reconhecimento de nosso povo, justificando-se, plenamente, a outorga da cidadania de Volta Redonda, Município que se impõe pelo trabalho de sua gente, encontrando o necessário apoio nas figuras maiores de nossa política, onde, indubitavelmente, Vossa Excelência ocupa lugar destacado.

A Sessão Solene será realizada às 19 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal, oportunidade em que Vossa Excelência receberá o diploma referente ao título.

Solicitamos o especial obsêquio da confirmação da presença, através do telefone (0243) 42-2866.

Com o exposto, apresentamos,

Saudações,

*Jonas de Carvalho*  
Presidente

Vrmo. Sr.

Dr. José de Magalhães Pinto

DD. Deputado Federal

Câmara dos Deputados

BRASILIA - DF

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA		
Divisão de Documentação e Biblioteca		
PROLUCÃO Nº 390	FLS. 31	AS

Lpn. -



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília (DF) 19 de junho de 1981

Ilmo. Sr.  
 Vereador William de Freitas  
 DD. Presidente da  
 Câmara Municipal de Volta Redonda, RJ

Ilustre amigo Presidente William de Freitas,

Venho acusar o recebimento do Ofício n. D-726/81 de 28 de maio p.p., pelo qual V.Exa. me comunica a decisão da Câmara em fazer-me a entrega - altamente honrosa para mim - do Título de Cidadão Voltarredondense, já há algum tempo outorgado pelo Plenário, no próximo dia 17 de julho data do aniversário desse progressista município.

Agradecendo a gentileza do convite e, mais uma vez, ratificando a toda edilidade a honrosa distinção, comunico - lhe que farei todo possível para comparecer a Volta Redonda naquela data.

Cordialmente,

*José de Magalhães Pinto*  
 José de Magalhães Pinto.

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA		
Divisão de Documentação e Biblioteca		
PROLUAÇÃO Nº 390	FLS. 32	4

VISTO - Em 25/6/87  
*[Signature]*  
DIRETOR

CÂMARA MUNICIPAL DE V. REDONDA  
CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA  
n.º 691 Em 26/06/87  
Respondida of. n.º  
Em  
Ref. Processo N.º

CORRESPONDENCIA EXPEDIDA  
n.º 726 Fls. 784  
Em 26/06/87  
*Andrade*

LIDO  
Em 30/06/1987  
*[Signature]*  
Secretário

20A  
B

**BANCO NACIONAL S.A.**

EDUARDO MAGALHÃES PINTO  
PRESIDENTE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ilmo Sr.  
Luiz Carlos Hallick Sarkis  
MD Presidente da  
Câmara de Vereadores de Volta Redonda

Senhor Presidente:

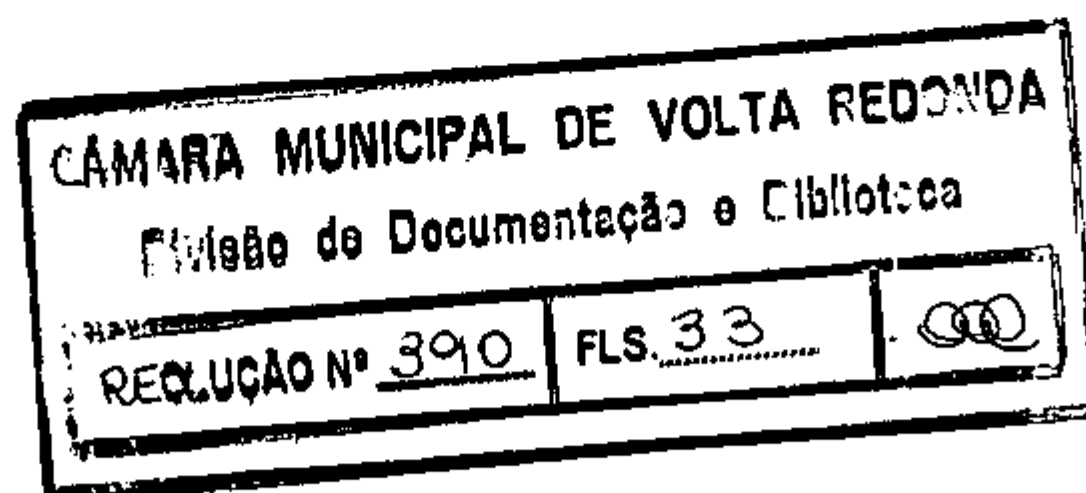
Em nome do Dr. José de Magalhães Pinto, acusamos o recebimento do ofício, datado do último dia 13, em que V.Sa. comunica a decisão da Câmara de Vereadores de Volta Redonda de conceder-lhe o honroso Título de "Cidadão Voltarredondense".

Impossibilitado, por motivos de saúde, de estar presente nessa Câmara na data aprazada para a solenidade da entrega do referido Título, incumbiu-nos o Dr. Magalhães Pinto de apresentar a V.Sa., e por seu intermédio ao ex-vereador Elias Cazoni e a seus pares nessa Casa, os mais sinceros agradecimentos pela honraria que lhe foi conferida.

Encarregou-nos ainda o Dr. José Magalhães Pinto de solicitar a V. Sa. que concorde em que ele seja representado naquela solenidade pelo nosso companheiro Sr. Amílcar Andrade, para receber em seu nome o diploma que lhe foi concedido pelos representantes do generoso povo de Volta Redonda.

Atenciosamente,


*[Handwritten signature]*



A DE A:

Para conhecer e  
adotar as promoções  
cabíveis.

Em 06/09/86

  
Geraldo S. Santana Filho  
Diretor Geral

RECIBO  
DATA 04/09/86  
DEP  
P.F.

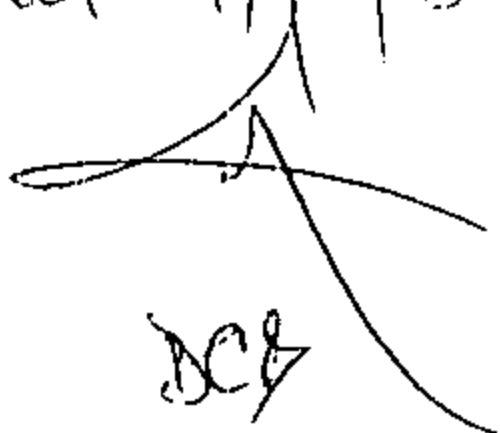
CÂMARA MUNICIPAL DE V. REDONDA  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO RECEBIDA  
Nº 959 04/09/86  
Responsável: \_\_\_\_\_  
Em \_\_\_\_\_  
Ref. Processo Nº \_\_\_\_\_

AO DE

NECESSÁRIO CANCELAR

ESSA DETERMINAÇÃO


em 9/9/86

  
DEB

A DE A:

Aguiar. S.

Em 11/09/86

  
Geraldo S. Santana Filho  
Diretor Geral